



A LITERATURA INFANTIL: DESCONSTRUINDO O PRECONCEITO RACIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Ana Paula de Carvalho Fernandes Colombo¹

Keity Bordignon Rocha Dutra²

Sawana Araújo Lopes³

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é avaliar as orientações da Lei nº 10.639/2003 no campo educacional, bem como demonstrar como a literatura infantil pode ser importante ferramenta pedagógica para ajudar a desconstruir o preconceito racial. Metodologicamente, a pesquisa assume caráter qualitativo e caracteriza-se por bibliográfica com análise documental da Lei nº 10.639/2003. A análise da Lei vem problematizar a discussão sobre a existência de legislação vigente que oriente o trabalho pedagógico realizado pelos educadores e a proposta de utilizar a leitura e a literatura como ações para desconstruir o preconceito racial. Nessa perspectiva, a escola assume de fato seu papel democrático, com um currículo que contemple a diversidade, no qual a escola se apresente como espaço inclusivo. Este é o desejo das pessoas que realmente estão comprometidas com a educação e que esperam que através do trabalho consciente na temática das relações étnico-raciais haja uma sociedade mais justa e igualitária de direitos, onde o respeito mútuo e a diversidade sejam uma prática constante na vida do ser humano.

Palavras-chave: Literatura, Preconceito Racial, Identidade.

INTRODUÇÃO

O preconceito racial, infelizmente, é ainda muito presente em nossa sociedade, preconceito esse, observado desde muito cedo em nossas escolas. Sentimento materializado em algumas crianças que recebem de seus pais esta carga de discriminação. A criança em seu pensar e, em seu processo de construção de identidade acaba por cometer atos de preconceito em relação ao negro inconscientemente, fazendo com que essa cultura preconceituosa perpetue de geração em geração.

¹ Especialista em Gestão Escolar pelo IFSC/ Campus Tubarão/SC.

² Especialista em Coordenação Pedagógica pela UFSC/Campus Florianópolis/SC.

³ Doutora em Educação UFPB/ENBER.



Sabendo que a literatura é um instrumento de grande valia para formar e informar os leitores pode-se considerá-la também, como ótima ferramenta para abordar temas diversos no que diz respeito ao preconceito racial, podendo influenciar tanto positivamente como negativamente na construção da personalidade e identidade nossas crianças.

Ao se tratar de discriminação, algumas obras da literatura infantil apresentadas para as crianças, retratam de maneira simples e direta a questão do preconceito racial, valorizando e enaltecendo a cultura negra. Levando o pequeno leitor a perceber e a refletir questões existentes em relação às diferenças físicas das pessoas, mostrando que o negro é diferente do branco, que por sua vez é diferente do oriental, do amarelo, do vermelho. E que, conseqüentemente cada cultura deve ser respeitada, valorizada, cultivando suas raízes e ajudando a construir a história da humanidade.

Em contrapartida, existem outras obras de literatura muito conhecidas no universo infantil, como os contos tradicionais, por exemplo, que acabam revelando certa discriminação, mesmo que implicitamente a cerca dos personagens, estabelecendo esteriótipos de beleza padronizados e elitizados e acabam por incentivar o preconceito racial. Sendo assim, a pergunta norteadora deste artigo é: “De que forma a literatura infantil pode colaborar na desconstrução do preconceito racial?”.

Fazer com que as pessoas adultas deixem de ser preconceituosas é uma tarefa árdua, difícil e, a certo ponto de vista, quase impossível, visto que esse preconceito já está naturalizado em muitas pessoas.

Este fato seja prevenido, é que devemos apostar em uma metodologia conscientizadora, ou seja, trabalhar com uma literatura que aborde a diversidade, para que esta criança possa perceber as diferenças com naturalidade e, assim aos poucos poderemos erradicar o preconceito racial de nossa sociedade.



Nessa perspectiva, o principal objetivo deste artigo é: avaliar as orientações da Lei nº 10.639/2003 no campo educacional e demonstrar como a literatura infantil como uma ferramenta pedagógica para ajudar a desconstruir o preconceito racial.

Então, este artigo busca possibilitar aos educadores e pessoas envolvidas com a educação, uma reflexão sobre a questão do preconceito racial; tornando a literatura infantil uma aliada na formação de cidadãos críticos e aptos a compreenderem a inclusão social, capazes de entender a diversidade cultural e acima de tudo, a respeitar e aceitar as diferenças.

Sendo assim, abordaremos os seguintes tópicos: A literatura infantil e o preconceito racial, a Lei nº10.639/03 e as discussões acerca da temática escolhida, sendo importante ressaltar que esta temática surgiu da necessidade de explorar as questões que envolvem o respeito à diversidade em sala de aula.

No primeiro tópico analisaremos o papel da literatura na construção da identidade de cada um, bem como a mesma pode colaborar nas questões que envolvem o preconceito racial, revendo conceitos, formação de professores, planejamento e tudo o que torna a escola um espaço democrático e inclusivo.

Em seguida, explanaremos sobre a Lei nº10.639/2003, seu objetivo, sua prática dentro das unidades de ensino e o currículo para a diversidade. No último tópico, serão apresentados os métodos utilizados e as possíveis discussões, acerca da literatura infantil como agente no processo de inclusão escolar, na desconstrução do preconceito racial, garantindo o acesso de todos, a permanência e o sucesso dos educandos, respeitando suas individualidades e ajudando-os a construir sua identidade de forma positiva.

Nas considerações finais, refletiremos sobre a necessidade urgente em se trabalhar as questões que envolvam o preconceito racial e, assim, percebendo através de um olhar crítico e peculiar como a literatura infantil pode nos ajudar a vencer os desafios de formar uma sociedade justa e



consciente dos seus direitos e deveres, que devem estar pautados no respeito mútuo, na fraternidade e na paz entre as nações para que as pessoas possam conviver melhor com os quais considera “diferente”.

A LITERATURA INFANTIL E O PRECONCEITO RACIAL

Na sociedade em que vivemos os novos conceitos e as novas propostas educacionais, têm nos levado para uma educação mais consciente, transformadora e principalmente inclusiva, na qual se respeite à diversidade étnica, cultural, moral e religiosa das pessoas.

Vivemos em um mundo em que as diferenças pessoais e físicas são uma constante, ou seja, fazer parte do grupo de normais é ter suas especificidades consideradas diferentes, pois esta é uma das características comum aos seres humanos.

Porém, observamos que em muitas situações ser diferente seja pela cor, pelo credo, pelo jeito de ser ou vestir é ser vítima de preconceito ou discriminação. Ziraldo (2005, p. 20) exemplifica:

Eles tinham estado juntos, praticamente, desde o dia em que nasceram, brincando, conversando, inventando coisas, brigando, rolando na grama, dando socos um na cara do outro, fazendo as pazes, brigando de novo, passeando na praça, jogando na escola, sempre juntos, sempre às gargalhadas, sempre inventando moda. E nunca tinham se preocupado com o fato de um ser de uma cor e o outro ser de outra. Agora, eles queriam saber o que que era branco e o que que era preto e se isto fazia os dois diferentes.

Assim, a muito se busca compreender, porque em pleno século XXI podemos perceber nossa sociedade como vitimizadora e estimuladora do preconceito racial e, talvez o pior, até mesmo dentro das instituições de ensino este preconceito é perpetuado e ensinado para as nossas crianças.

A literatura é reflexo de determinados contextos sociais, históricos e culturais. Portanto, é seu papel ser instrumento auxiliador na aprendizagem, e demonstrar o atual contexto histórico e a vasta pluralidade cultural no qual estamos inseridos, para as crianças.

Assim, observamos que:



Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultura que a constitui. Por sua formação histórica a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, regiões e línguas (BRASIL, 2006, p. 9).

Então, para que isso, realmente aconteça, é preciso compreender que para haver uma educação para a diversidade é necessário garantir uma consciência étnica e que se comece a repensar alguns estereótipos, principalmente o relacionado à figura do personagem negro que até pouco tempo atrás, não era mencionado em obras literárias, salvo na figura de escravo.

Navarro (2009, p.23), afirma que “Hoje em dia, é preciso conviver bem com quem é diferente, saber relacionar-se com a diversidade”, assim a diversidade cultural, étnica, de religião e de gênero necessita ser considerada nas mais diversas situações de aprendizagem e o olhar do educador, em relação a estas questões é importante para a constituição de um sujeito mais humano.

Dessa forma, destaca-se a grande relevância da leitura na formação deste pequeno ser que almeja novos conhecimentos a todos os momentos, já que é na fase da infância que o ser humano está constituindo sua personalidade, reconhecendo sua identidade e começa a assimilar alguns valores humanos primordiais para conviver em sociedade.

Elias (2011, p. 51) contribui:

Os valores são ensinados e aprendidos no convívio, pelo exemplo de pessoas que são solidárias, sabem dialogar, são justas, lutam pelos direitos humanos. Eles são transmitidos na convivência, assim como acontece em outros aspectos da vida. [...] Com os valores o processo é bem parecido. Quando alguém observa outra pessoa agindo com justiça, ocorre uma sintonia com o valor de justiça em questão, que desperta e alimenta o observador. Os valores são vivenciados no próprio ambiente, na realidade e no contexto em que vivem os educandos.

Na sociedade atual, o olhar do educador não poderia ser para outra direção, senão em busca de transformação, na construção de um sujeito que conheça e que respeite a diversidade, pois, Freire (2002, p. 39), nos afirma que



“Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação”. Assim, buscar novas práticas pedagógicas que ajudem a erradicar o preconceito racial do espaço escolar deve ser a escolha de cada profissional.

É importante que o aluno seja considerado como um sujeito que tem direitos, deveres e principalmente que possui uma identidade, uma história de vida a ser respeitada por quem o cerca e assim, entender que um não é igual ao outro, Greive (2006, p. 30-34) nos faz refletir:

Por que gostamos de sentir que somos membros de uma espécie, e ao mesmo tempo construímos tantas barreiras defensivas em torno de nossos sentimentos que nunca conseguimos ser realmente próximos de alguém? Talvez a confusão exista porque nem sempre a vida é o que parece. Como espécie somos obcecados pela aparência.

Enquanto professores, estamos cheio de valores e princípios diferentes de nossos alunos e na situação de aprendizagem faz-se necessário considerar em primeiro lugar a diversidade cultural que compõe a sala de aula.

Para isso, é importante abandonar os padrões religiosos, étnico, beleza etc., (ou pelo menos tentar) e dar ênfase a própria diversidade, seja nos murais, nas fotos, em livros, na escolha de filmes, que retratam o negro, o indígena, o povo oriental e suas respectivas tradições culturais e religiosas para que o respeito e a valorização das diferenças sejam desenvolvidos. De acordo com Freire (2006, p. 39-40):

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres.

Nas escolas, os conteúdos curriculares são abrangentes e complexos, muitas vezes, trazem conteúdos que estão desconectados da realidade e das reais necessidades dos educandos, sabemos que muitos conhecimentos e valores são construídos nas situações diárias vivenciadas pelas crianças, assim podemos nos utilizar destas situações para valorizar o respeito, o amor,



as diferenças dos seres humanos, que também devem ser priorizados como conteúdos importantes.

Encontramos nas escolas, grupos de alunos (as), nas mais diversas faixas etárias, participando ou sendo vítimas de dmo que implicitamente a cerca ças instituiçmo vitimizadora e estimuladora do preconceitotados no respeito m nossa sociedade.

Situações de discriminação, atos, gestos e até palavras de preconceito, claro que em uma sala de aula, muitas serão as diferenças. “E por que nos grilamos tanto com as nossas discordâncias, quando de fato são as nossas diferenças que tornam a vida mais interessante?” (GREIVE, 2006, p. 25); compreender que podemos aprender e evoluir com as diferenças é um caminho para superar os preconceitos.

Porém, em hipótese alguma o educador deve permanecer omissos em tais situações, com o seu papel de mediador, deverá aproveitar a situação e fazer com que os envolvidos percebam a gravidade de tais atos e compreendam que as diferenças são normais.

A escola como espaço de formação dos futuros cidadãos e como ambiente de aprendizagem tem como função contribuir para que estes esteriótipos preconceituosos sejam desconstruídos e a literatura infantil pode ser grande aliada, se bem explorada no contexto escolar.

Então, é também, papel do educador desconstruir estes esteriótipos, “o professor precisa hoje adequar sua função, ensinar, educar no mundo globalizado, até para transformar profundamente o modelo de globalização dominante, essencialmente perverso e excludente”, assim afirma Gadotti (2003, p. 21), propondo uma reflexão sobre o papel transformador exercido pelo educador.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares pode garantir um trabalho pedagógico voltado para a leitura e para a literatura, e



principalmente para efetivar a temática das relações étnico-raciais no cotidiano escolar.

Assim, a importância deste documento que norteia o trabalho da escola requer certo comprometimento por parte do educador que deve ter claro o que é o ato de planejar, Ostetto (2000, p.199) afirma que:

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças.

E, o planejamento não pode ser mais um documento a ser engavetado, ou tão pouco resumir-se a uma lista de conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina, o planejamento deve sim ser flexível, adaptar-se a realidade dos alunos e as necessidades de cada turma, abordar os temas transversais e explorar os aspectos culturais e étnicos. Ostetto (2000, p.177) assim define o ato de planejar:

Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante do seu trabalho docente. Por isso não é uma fôrma! Ao contrário, é flexível, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para sua prática pedagógica.

A educação escolar deve considerar a diversidade de cada um dos educandos como parte essencial para a aprendizagem, atendendo às necessidades peculiares de determinados alunos, analisando as possibilidades de aprendizagem de cada um e avaliando a eficácia dos métodos utilizados.

A base para as transformações de um povo e a responsabilidade pelo processo de formação de qualquer sociedade, abrindo caminhos para a ampliação da cidadania de uma nação.

Sendo assim, é papel da escola, a democratização e o comprometimento com a formação do ser humano. Formar cidadãos críticos, pensantes e atuantes na sociedade que se transforma a cada dia, é umas das várias características e deveres da educação.



Na introdução do Parâmetro Curricular Nacional, fica claro que estar atento à diversidade é considerar não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus interesses e motivações. Esse conjunto constitui a capacidade geral do aluno para a aprendizagem em um determinado momento. (BRASIL, 1998, p. 6).

Dessa forma, tanto a leitura como a literatura, são com certeza, formadoras de opinião, fontes de imaginação, possibilidades de pesquisa e colaboradoras na aprendizagem. Ambas, sem dúvida podem e devem ser consideradas como meios eficazes para construção da personalidade da criança e da afirmação de sua identidade.

A literatura infantil pode ser agente no combate ao preconceito racial, a partir do momento em que todos tenham acesso aos livros que apresentem os personagens negros, índios e outros, como protagonistas, heróis, príncipes e princesas, e, todas as formas de acesso às demais culturas de outros povos, que fazem parte da nossa diversidade cultural.

No próximo subtópico, apresenta-se a Lei de nº 10639/2003 que normatiza e orienta o trabalho com a temática das relações étnico-raciais nos espaços escolares, com o objetivo de erradicar o preconceito racial.

A LEI Nº 10639/2003 E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Nosso país busca efetivar a condição de um lugar democrático de direito enfatizando a cidadania e a dignidade do ser humano, porém, é marcado por uma triste realidade assinalada por atos de preconceito, racismo e discriminação aos negros, que historicamente enfrentam grandes dificuldades para terem acesso, permanência e sucesso na escola.

De acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 51):

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.

Os africanos desde muito tempo foram impedidos de participarem da vida escolar e da sociedade como um todo, estando em sua maioria



marginalizados e excluídos, por isso mesmo, foram privados de tantas oportunidades como o seu desenvolvimento intelectual e social.

De acordo com esse contexto, Lopes (2006, p. 26) apresenta a:

Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, altera a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências.

Com a normatização da Lei nº 10. 639/03 concretizou-se, a obrigatoriedade do ensino da História da África no currículo escolar do ensino e, essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Porém nem todos os profissionais trabalham este conteúdo em sala de aula, não por não saberem da existência da lei, mas por tantas desculpas banais que demonstram a prática de um profissional descomprometido com a aprendizagem inclusiva.

Os PCN's procuram anunciar que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, éticas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, a educação possa atuar no processo de construção da cidadania, tendo com princípio atingir o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos. (BRASIL, 1998, p. 7).

Para obter êxito nas escolas, os professores não poderão improvisar, ou seja, não basta conhecer a Lei nº 10.639/03 é preciso e faz-se urgente pô-la em prática.

O educador tem como missão desfazer esta mentalidade racista e discriminadora que muitos educandos, pais e a própria comunidade escolar apresentam, superando os desafios de ensinar a História da África e não concentrar seus conteúdos acerca da história e colonização europeia.

O papel do educador é proporcionar outros olhares que possam bater de frente com o senso comum e promover debates em sala de aula. Para tal, o professor deve estar a par das novas ideias em geral, além de seu campo específico.



É necessário se atualizar e levar aos alunos novos conhecimentos em relação ao preconceito, contrário esse também estará colaborando com a discriminação e exclusão racial, pois está sujeito ao senso comum e a invisibilidade do personagem negro como atuante em nossa sociedade.

Ainda hoje, tanto tempo depois da instituição da lei, se enfrenta muita resistência para se trabalhar à temática com naturalidade em sala de aula, a dificuldade em trabalhar essas questões raciais está no engajamento dos professores. De acordo com Silva (2012, p. 123):

Identifica-se nas políticas públicas educacionais uma tendência a tratar as políticas de promoção de igualdade racial de forma circunscrita e pontual, sem tomar parte de formas consistente em programas e projetos educacionais mais amplos.

A questão racial pertence a todos, e, a diversidade cultural está presente na escola e precisa de um olhar cuidadoso para atender suas especificidades através de propostas pedagógicas inclusivas.

Como mencionamos anteriormente o olhar para estas questões precisam ser de muita criatividade e sensibilidade, as atividades precisam estar orientadas por este mesmo olhar, e, principalmente quanto à postura do professor em sala de aula que deve estar de acordo com as suas ações e palavras.

Na realidade escolar, existem características culturais bastante diversas e, a convivência entre grupos diferentes nos planos sociais e culturais muitas vezes são marcados pelo preconceito e pela discriminação; reconhecer a importância da literatura infantil e incentivar a formação do hábito de leitura é um caminho que leva a criança a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa.

A literatura deve servir de pano de fundo para todas as disciplinas, ela instiga a sensibilidade e abre caminhos para a criatividade, o acesso a obras que trabalhem o personagem negro fazem as crianças conhecerem e reconhecerem o real valor da cultura africana. De acordo com Lopes (2001, p. 265):



Nós professores, somos, na verdade, contadores de história. Contamos a história da humanidade para nossos alunos. Só que a história que nós contamos não é a história de um só povo. Temos a missão de contar a história de muitos povos, em tempos diferentes, e que também tiveram modos diferentes de viver.

Contudo, é necessário refletir determinadas questões e ações, acerca do preconceito racial, como sugere a proposta deste artigo, o papel do educador é essencial, determinante por proporcionar reflexões que possam bater de frente com o senso comum, com mitos e inverdades acerca das questões raciais.

Promover debates em sala de aula, preparar materiais que atinjam as necessidades da turma, selecionar conscientemente obras de literatura infantil que tratem de culturas diferentes, selecionar no livro didático apenas os conteúdos, textos e imagens significativas, essas são práticas que com certeza ajudarão na desconstrução do preconceito racial.

Para tanto, faz-se necessário atualizar-se constantemente e levar aos educandos novos conhecimentos em relação ao preconceito racial, caso ao contrário esse também estará colaborando com a discriminação e propagando a invisibilidade do personagem negro como atuante em nossa sociedade.

Pois, sabemos que é na escola, mais especificamente na sala de aula que as melhores transformações podem ou não acontecer, e, principalmente por acreditarmos que a literatura pode e deve ser um instrumento “agente no combate ao preconceito racial”.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Quanto ao problema pesquisado podemos dizer que a abordagem utilizada é a qualitativa, que de acordo com Gonsalves (2011, p. 70) “[...]preocupou-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica.”, no movimento pela busca da compreensão da realidade, da identificação de um problema, mas principalmente na busca por apontamentos de soluções, caminhos e reflexões.



Assim, foi escolhida a temática das relações étnico-raciais inserida na literatura, justamente por percebermos a existência do preconceito racial no meio em que vivemos e, principalmente pela urgência em erradicarmos este problema presente em nossa sociedade e nos espaços escolares.

Teve como base a pesquisa bibliográfica, buscando a contribuição de autores sobre a temática apresentada, tentando assim, responder a pergunta norteadora deste artigo, no qual buscamos entender de que maneira a literatura infantil pode colaborar no combate ao preconceito racial. De acordo com Gonsalves (2011, p. 36-37):

Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. A pesquisa bibliográfica é caracterizada pela utilização de fontes secundárias, ou seja, pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa.

O presente artigo apresentará a análise documental da Lei nº 10.639/2003, verificando as possibilidades de aplicá-la no dia a dia escolar através da leitura e literatura infantil. Gonsalves (2011, p. 34) conceitua a pesquisa documental como a quem “recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”, que buscam retratar com exatidão e relação direta com os documentos pesquisados.

Então, possibilitar uma reflexão sobre a questão do preconceito racial ainda presente em nossa sociedade, utilizando-se da literatura infantil para contribuir na formação de cidadãos críticos e aptos à inclusão social, capazes de entender a diversidade cultural e acima de tudo, a respeitar e aceitar as diferenças.

A LITERATURA COMO POSSIBILIDADE DE DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Durante a leitura da contribuição dos autores pesquisados para a elaboração deste artigo, verificamos que a Lei nº 10639/2003 orienta quanto o trabalho dos educadores sobre a temática das relações étnico-raciais. De acordo com Gomes (2011, p.9):



A Lei 10.639/03 e suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano nacional de Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente.

Através da leitura e da literatura as crianças entendem a importância de respeitarmos o outro como ele realmente é, e, principalmente que as nossas atitudes, nas mais diferentes situações nos revelam.

Porém, alguns educadores, em sua maioria abordam esta temática apenas em datas comemorativas, com certa insegurança, embora conheçam a lei 10.639/2003 e reconheçam a importância da mesma ser trabalhada em sala de aula. Gomes (2011, p. 12) contribui afirmando que:

É importante perceber que a lei 10.639/03 e suas diretrizes representam a implementação de ações afirmativas voltadas para a população negra brasileira, as quais são (e devem!) ser desenvolvidas juntamente com as políticas públicas de caráter universal. Trata-se de uma demanda política do movimento Negro nos dias atuais e de outros movimentos sociais partícipes da luta anti-racista na construção da democracia. Uma democracia que assuma o direito à diversidade como parte constitutiva dos direitos sociais e assim equacione de forma mais sistemática a diversidade étnico-racial, a igualdade e equidade.

Assim, acreditando que é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária nos direitos, concluímos que através da literatura infantil podemos sim colaborar para desconstruirmos o preconceito racial e conviver em harmonia com a diversidade. A escola, em uma perspectiva de construção da cidadania deve preocupar-se em valorizar as diferentes culturas, propiciando aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber.

Um ensino de qualidade deve buscar ainda formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade e transformá-la, deve incentivar as potencialidades e as capacidades de cada indivíduo.

Enfim, a função social da educação é a de romper paradigmas, é de fazer tudo o que for possível para que os alunos(as) possam aprender para construir a sua história e principalmente para ajudarem a se fazer uma história



diferente, em que a cidadania se faça presente e que as pessoas se tornem melhores.

E, é assim que a escola e a educação vencerão os seus desafios constantes, superando um a um, passos curtos, mas constantes, acreditando que se é capaz de transformar através da educação, que se é capaz de formar cidadãos aptos a construir uma identidade, a de não se conformar, de se inquietar com a injustiça e opressão a de lutar por um mundo melhor e mais justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na leitura a criança encontra uma fonte de fantasia e imaginação, traz para sua realidade e para o seu mundo o que lê nos livros, por isso é essencial que a mesma possa ver nos livros a diversidade étnica e cultural que a cerca no mundo de forma natural.

O objetivo maior deste artigo seria avaliar as orientações da Lei nº 10.639/2003 no campo educacional e demonstrar como a literatura infantil pode ser importante ferramenta pedagógica para ajudar a desconstruir o preconceito racial.

Então, possibilitar uma reflexão sobre a questão do preconceito racial ainda visível em nossa sociedade, utilizando-se da literatura infantil para contribuir na formação de cidadãos críticos e aptos à inclusão social, capazes de entender a diversidade cultural e acima de tudo, a respeitar e aceitar as diferenças.

Verifica-se que a literatura pode e deve ser um instrumento agente na desconstrução ao preconceito racial é que, as atividades devem ser planejadas através de obras literárias, de contação de histórias que não só, enalteçam como também valorizem a cultura negra.

Percebe-se que a função do educador, no processo de desconstrução do preconceito racial, realmente é desafiadora, pois sobre o professor recai uma grande responsabilidade, a de transformar, a de libertar, a de conscientizar e



tantas outras palavras que aqui não saberíamos expressar, para garantir um aprendizado significativo e relevante ao seu educando.

O grande desafio dos envolvidos com a educação, talvez seja, fazer com que as histórias que se ensinam estabeleçam relações significativas com os interesses dos alunos, rompendo com o preconceito e a discriminação de uma sociedade que acredita que com o repasse de certos conteúdos, cumpre seu papel.

Porém isso não basta, não é o suficiente estar inserido em uma sociedade se não faço parte dela, se não sou atuante sobre ela, se não posso tomar decisões e ser realmente valorizado por sua identidade.

Mas, a verdade é que a educação vislumbra esperança, esperança de mudança no mundo em que vivemos, pode soar como demagogia, ou até mesmo como utopia, mas é isso que temos que aqui enfatizar.

É função da escola fazer acreditar que através dela podemos crescer socialmente, realmente conhecer e transformar a sociedade, enxergando-nos com seres atuantes e capazes de fazer diferença, essas ao menos são as perspectivas daqueles que acreditam realmente em uma educação transformadora.

Sendo assim, a escola ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar conscientemente com criticidade e autonomia na sociedade, estará também buscando para si o comprometimento em ensinar o que realmente é necessário para que os educandos possam exercer seus direitos e deveres com dignidade.

A escola como espaço de leitura, desempenha seu papel desenvolvendo as potencialidades individuais em um contexto social, promovendo a igualdade a pessoas que são tão diferentes, pois trazem consigo aspectos sociais, afetivos que merecem respeito e um olhar cuidadoso para que se promova a interação.



O espaço escolar, em uma perspectiva de construção da cidadania deve preocupar-se em valorizar as diferentes culturas, propiciando aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber.

Assim, acredita-se que é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária nos direitos, concluímos que através da literatura infantil podemos sim, colaborar para desconstruirmos o preconceito racial e conviver em harmonia com a diversidade, basta cada um fazer a sua parte.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Síntese dos PCNs. Secretaria da Educação Fundamental. PCNs. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília:** Ed. Didática Paulista, 1998.
- ELIAS, Maria Auxiliadora. **Violência Escolar. Caminhos para compreender e enfrentar o problema.** São Paulo: Editora Ática, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 23ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um Sonho. Ensinar e Aprender com Sentido.** Prefeitura Municipal de Educação. Criciúma, 2003.
- GREIVE, Bradley Trevor. **O sentido da vida.** Sextante. Edição de bolso. Tradução de Luis Fernando Veríssimo. Rio de Janeiro, 2006.
- LOPES, Ana Lúcia. **Educação, Africanidades, Brasil.** Ministério da Educação. Brasília, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação, Africanidades, Brasil.** Brasília, 2006.
- NAVARRO, Leila. **Superdicas para ensinar a aprender. Valorize a Diversidade.** 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. Vários Autores.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco.** In: Encontros e Encantamentos na Educação Infantil. Campinas, Papirus, 2000.
- SILVA, Paulo Vinicius Baptista da Silva. **O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro.** Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, pp. 110 – 129, jan/Abr 2012.
- ZIRALDO. **O Menino Marrom.** 34ª Impressão. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2005.